



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Necessidade da contratação

O Gabinete da Presidência exerce funções administrativas contínuas e instrumentais, como gerenciamento do gabinete, controle e organização da agenda institucional, planejamento de viagens, elaboração e conferência de documentos, tramitação de expedientes, atendimento, preparação de reuniões, organização de eventos, encaminhamento de processos administrativos, coordenação com unidades internas e controle de prazos.

Trata-se de um conjunto de atribuições que, por sua natureza administrativa, contínua e instrumental, admite, nos termos da legislação vigente, o apoio de serviços auxiliares prestados com dedicação exclusiva por empresa especializada, em regime de terceirização, sem qualquer interferência em competências privativas da Administração, conforme pontuado no DFD.

Essa medida permitirá que o quadro de pessoal efetivo lotado na Unidade concentre-se em suas funções institucionais, otimizando os recursos humanos disponíveis e promovendo maior eficiência administrativa.

Assim, de modo a subsidiar, de forma exitosa, as atividades finalísticas acometidas à Unidade Demandante, surge a necessidade de contratação desse suporte operacional administrativo que, repita-se, é passível de prestação da forma indireta, via terceirização, nos termos autorizados pela legislação regente.

2. Alinhamento da contratação

2.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I.

Item 33 – outros serviços de terceiros.

2.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação dos serviços de apoio operacional administrativo, no caso concreto, tem característica predominantemente humana e emprego mínimo de materiais, não gerando, dessa forma, conflito com o objeto do Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

2.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

3. Requisitos da contratação

A prestação dar-se-á sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, assegurando que o profissional alocado pela Contratada seja destinado exclusivamente à execução das atividades pactuadas. Esse modelo visa garantir a especialização, continuidade e eficiência dos serviços prestados, reduzindo riscos de descontinuidades.

Desse modo, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio operacional administrativo, de natureza contínua, implica quantitativo adequado de profissional e de carga horária, que atenda ao Gabinete da Presidência durante o período de 6 (seis) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana, das 13h às 19h.

Os serviços a serem contratados, a seguir elencados de forma ilustrativa e não exaustiva, consubstanciam-se na execução de atividades de natureza administrativa estritamente auxiliares e passíveis de terceirização,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

sem interferência em competências privativas ou finalísticas da Administração, conforme já alinhado no DFD:

- controle de agenda e compromissos;
- planejamento de viagens;
- elaboração e expedição de documentos;
- atendimento ao público interno e externo;
- preparação de reuniões;
- organização de eventos;
- elaboração de tabelas, formulários e convites;
- apoio nas rotinas do Gabinete.

A contratação dos serviços – com a observância da qualidade mínima necessária na sua prestação, do conhecimento acerca das atividades a serem desenvolvidas, da disciplina, da organização, da presteza, da cordialidade, da boa comunicação interpessoal, da assiduidade e da pontualidade – visa garantir que as atividades sejam desempenhadas de forma eficiente e profícua, em conformidade com as necessidades do Gabinete da Presidência. Implica, ainda, na utilização de equipamentos e de sistemas de informática e de telefonia (fornecidos pelo TRE-SC) e utilização de outros mecanismos necessários ao fornecimento de informações e ao controle de acesso aos prédios, como panfletos e credenciais.

Sem prejuízo de outras normas, consigna-se o ato regulamentar que deve obrigatoriamente ser observado, a Resolução TSE n. 23.702/2022 (dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral).

Os requisitos da contratação acima elencados são incompatíveis com a prestação de serviços por pessoa física.

4. Levantamento de mercado

4.1. Análise das alternativas possíveis

4.1.1. Soluções disponíveis no mercado

Não há outras soluções disponíveis no mercado que atendam satisfatoriamente a demanda da Administração, distintas da contratação indireta.

4.1.2. Contratações públicas similares

Produto/Serviço 01	Auxiliar Administrativo
Instituição Pública	Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais
Fornecedor	TRABISERV GESTAO EMPRESARIAL LTDA.
Descrição	CONTRATO Nº 042/2025 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, COPEIRAGEM E APOIO ADMINISTRATIVO, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PARA A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUIZ DE FORA.
Valor Estimado	R\$ 3.157,49
Observações	Carga horária de 150 h/mês.

Produto/Serviço 02	Auxiliar Administrativo
Instituição Pública	Consórcio Interfederativo de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fornecedor	GM Instaladora LTDA
Descrição	CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 03/2025: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE NATUREZA CONTÍNUA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA OS POSTOS DE RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR ADMINISTRATIVO.
Valor Estimado	R\$ 3.565,90
Observações	40 horas semanais.

Produto/Serviço 03	Auxiliar Administrativo
Instituição Pública	Junta Comercial do Estado de Sergipe
Fornecedor	Labor Terceirização de Mão-de-obra Temporária Ltda.
Descrição	Serviços de limpeza/conservação, teleatendimento/operadores de call center e outras atividades de apoio.
Valor Estimado	R\$ 5.519,48
Observações	30 horas semanais.

4.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Os serviços especializados de apoio administrativo operacional ao Gabinete da Presidência traduzem-se em uma necessidade atual (e contínua) para o bom funcionamento da referida Unidade.

A designação de servidor do quadro de pessoal do TRE-SC para essa atividade representaria subutilização não apenas de recursos humanos qualificados, mas da respectiva remuneração.

Não é possível a realização de concurso público, pois não há cargo público previsto em lei para essas funções específicas.

Por sua vez, a execução indireta é recomendada pela conveniência econômica, bem como pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do TRE-SC.

5. Descrição da solução

Contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra, com dedicação exclusiva, para prestação de serviço de apoio administrativo operacional.

6. Estimativas de quantidades

Para atender às necessidades do TRE-SC, estima-se que será necessária a disponibilização de 1 (um) posto de trabalho com carga horária de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 19h (coincidente com o de expediente).

Mediante comunicação prévia da gestão contratual à Contratada, durante a execução do contrato, poderá haver ajustes no horário de desempenho das atividades, no intervalo compreendido entre 7h e 20h.

O Contratante poderá solicitar a execução de serviços extraordinários adicionais, conforme tabela de pacote de serviços adicionais a seguir, os quais poderão ser realizados em dias úteis dentro e/ou fora do horário de expediente normal de trabalho, inclusive nos sábados, domingos e feriados. Esses serviços serão requisitados à contratada observando-se o seguinte:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pacote de serviços adicionais	Produtividade correspondente a 1 (um) pacote de serviço adicional	Unidade
Pacote 1	Hora de serviço extraordinário	Hora

7. Vigência da contratação

Considerando a natureza contínua do objeto ora demandado, propõe-se que o contrato a ser celebrado tenha vigência inicial de 2 (dois) anos, a partir da data da assinatura, conforme autorizado pelo art. 106 da Lei n. 14.133/2021, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da referida Lei.

A adoção de vigência plurianual traz benefícios relevantes para a Administração, destacando-se:

- a) **Racionalização administrativa:** reduz a necessidade de formalização de aditivos contratuais de prorrogação em curtos intervalos, gerando economia de tempo e de recursos das áreas técnicas, jurídicas e de gestão de contratos;
- b) **Estabilidade na execução contratual:** evita a fragmentação da prestação dos serviços e contribui para a manutenção de rotinas operacionais já consolidadas, prevenindo desconinuidades decorrentes de processos licitatórios frequentes ou alterações contratuais recorrentes;
- c) **Eficiência no planejamento orçamentário e operacional:** facilita a previsão e o gerenciamento das despesas ao longo do ciclo de contratação e permite à Administração estruturar suas atividades com maior segurança e previsibilidade;
- d) **Potencial para obtenção de propostas economicamente mais vantajosas:** a vigência mais extensa tende a estimular ofertas comerciais mais competitivas, permitindo ao futuro contratado diluir custos de mobilização e estruturação do serviço ao longo do prazo contratual;
- e) **Redução de impactos decorrentes de transições contratuais frequentes,** como novas fases de implantação, adaptação de equipes, treinamentos e ajustes operacionais;
- f) **Alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento,** consagrados na Lei n. 14.133/2021, promovendo uma atuação administrativa mais racional e sustentável; e

Diante de tais elementos, entende-se que a adoção de vigência plurianual no presente caso atende ao interesse público e contribui para a adequada execução do objeto contratual, com ganhos de eficiência e economicidade para a Administração.

8. Estimativa do valor da contratação

Conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CCT/SC) n. 124/2026¹, vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, que servirá de **paradigma** para estabelecer os custos relativos à categoria profissional que executará o serviço contratado, na localidade de Florianópolis/SC (art. 2º, II, da Instrução Normativa Seges/MGI n. 176/2024), tem-se as seguintes informações:

Convenção Coletiva de Trabalho “paradigma”	
Nº do Registro	SC000124/2026
Nº da Solicitação	MR003412/2026
Grupo	Salários, Reajustes e Pagamento

¹ Consulta efetuada no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho -- MEDIADOR do MTE, no endereço eletrônico <www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Convenção Coletiva de Trabalho “paradigma”	
Sub Grupo Descrição:	CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL A) PESSOAL ADMINISTRATIVO: R\$ 1.910,81.

O valor orçado no Plano de Contratações Anual do Exercício 2026, para o Item 69 – Serviços de Apoio Administrativo -- Presidência do Anexo I, é de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais); com base na Convenção Coletiva de Trabalho supracitada, o valor estimado para a contratação do objeto deste estudo é, aproximadamente, R\$ 4.701,92 (quatro mil, setecentos e um reais e noventa e dois centavos) mensais.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Não se aplica (item único).

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Com esta contratação, busca-se a eficiência e a simplificação administrativas na realização das atividades a cargo da Unidade Demandante, a partir do melhor equacionamento das tarefas – estritamente auxiliares – a serem executadas pelo apoio administrativo operacional, resultando em otimização de esforços e redução de custos.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato

Para a presente contratação, não haverá a necessidade de providências prévias a serem adotadas, tampouco capacitação dos servidores para fiscalização e gestão contratual.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

No momento, não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Não se aplica a esta contratação.

14. Análise de riscos

Dispensada em razão do valor da contratação (vigência decenal).

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento considera viável a contratação, haja vista que há a sua necessidade e a solução apontada atende à demanda pretendida.